

COGES

RO
GOV



2025

MANUAL DE CONFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - MCDC

9ª Edição

Aplicado a todos os Poderes
e Órgãos da Administração
Pública Direta e Indireta do
Estado de Rondônia



CONTADOR-GERAL DO ESTADO

Jurandir Cláudio Dadda

CONTADORA-GERAL ADJUNTA

Luana Luiza Gonçalves de Abreu Hey

DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE

Laila Rodrigues Rocha Guerra

**DIRETOR DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
FISCAL**

Ednaldo Gomes de Paiva Sodré

**CENTRAL DE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS
CONTÁBIL-FINANCEIRO**

Suze Lane de Assunção

Informações COGES:

(69)3211-6100/Ramal 1027

coges@contabilidade.ro.gov.br

ELABORAÇÃO

Eliane Coutinho dos Santos

Elisangela Viriano de Oliveira

Inês Brasil Mejia Batista

Josilane Gonçalves Serra Guzo

Suze Lane de Assunção

Portaria nº 513 de 15 de dezembro de 2025.

Aprova a 9ª edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO.

O CONTADOR GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Considerando disposto na Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade – SUPER em Contabilidade Geral do Estado – COGES;

Considerando o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª Edição; e

Considerando a necessidade de:

- a) Padronizar os procedimentos pertinentes, no âmbito dos três poderes, do Estado de Rondônia, com o objetivo de orientar, coordenar, supervisionar, controlar e dar apoio às atividades contábeis;
- b) Elaborar os demonstrativos previsto na Lei 4.320/1964, atualizado com as Normas Aplicada ao Setor Público e Manuais expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN;
- c) Estabelecer um instrumento eficaz de orientação destinado aos gestores e usuários do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO, por meio da consolidação de conceitos, regras e procedimentos para o reconhecimento e apropriação contábil das operações típicas do setor público especialmente àquelas específicas para o Estado de Rondônia.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a 9ª edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO, composta por:

Apresentação - Aspectos Iniciais e Síntese das Alterações;

Parte I – Balanço Orçamentário;

Parte II – Balanço Financeiro;

Parte III – Balanço Patrimonial;

Parte IV – Demonstração dos Fluxos de Caixa;

Parte V – Demonstração das Variações Patrimoniais;

Parte VI – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

Parte VII – Elaboração das Notas Explicativas; e

Parte VIII – Demais Anexos da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. A Contabilidade Geral do Estado de Rondônia disponibilizará versão eletrônica através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br>.

Art. 2º A Parte I - Balanço Orçamentário - evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

Art. 3º A Parte II - Balanço Financeiro - evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Art. 4º A Parte III - Balanço Patrimonial - estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido evidência qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Art. 5º A Parte IV – Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetarem cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Art. 6º A Parte V - Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Art. 7º A Parte VI - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

Art. 8º A Parte VII – Elaboração das Notas Explicativas evidencia informações adicionais às apresentadas nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Art. 9º A Parte VIII – Demais anexos da Lei 4.320/64 demonstra a composição das receitas e despesas detalhadamente.

Art. 10º As Partes I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do Manual deverão ser adotadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia para conferência das Demonstrações Contábeis e elaboração das Notas Explicativas.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 15 de dezembro de 2025.

Jurandir Cláudio D’adda
Contador Geral do Estado

APRESENTAÇÃO

O **Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO**, em sua 9ª edição, abrange as normas contábeis aplicadas ao Setor Público, bem como a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs e o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público - MCASP 11ª Edição.

Além disso, compreende as diretrizes necessárias para que os profissionais de contabilidade pública, controle interno, gerentes de administração e finanças possam doravante, dirimir suas dúvidas, servindo como um guia de orientação para a conferência das demonstrações contábeis.

Nesse contexto, a Contabilidade Geral do Estado – COGES, conforme disposto na Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, alterada pela Lei Complementar nº 1.121, de 23 de dezembro de 2021, disponibiliza a 9ª edição do MCDC, com o objetivo de proporcionar maior transparência nos registros contábeis e padronizar os procedimentos em todo o Estado.

É importante destacar que o manual não busca esgotar o assunto, dada a natureza e complexidade mutáveis e extremamente dinâmicas, tampouco tem o caráter de substituir o conhecimento da legislação orçamentária, contábil e financeira.

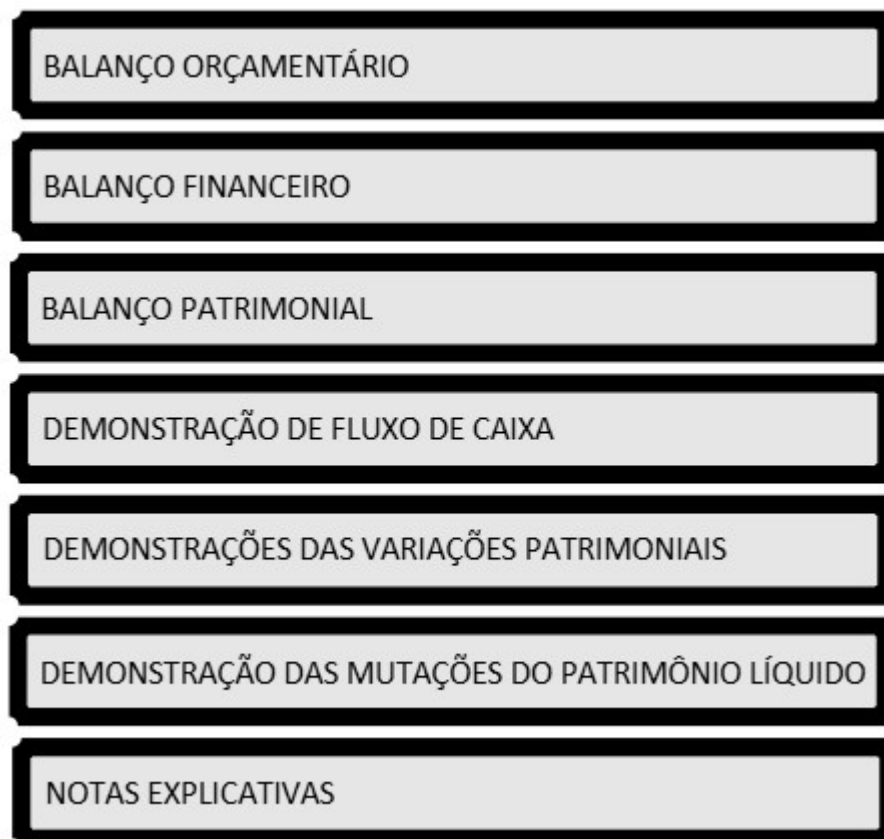
As atualizações nos demonstrativos via Sigef, são realizadas pela Central de Análise das Demonstrativos Contábil-Financeiro - CADCF e podem a qualquer tempo, por solicitação das Unidades Gestoras, após conferência via MCDC, serem retificadas.

O corpo técnico da Contabilidade Geral está à disposição, por meio do endereço eletrônico coges@contabilidade.ro.gov.br, para receber sugestões, críticas, esclarecer dúvidas sobre qualquer parte do Manual de Elaboração das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

O MCDC/COGES-RO está disponível na Internet, na página da Contabilidade Geral do Estado do Rondônia, no site eletrônico www.contabilidade.ro.gov.br.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SIGEF/COGES-RO

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP são compostas pelas demonstrações enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público - NBC TSP 11, sendo:



A estrutura das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP. Conforme MCASP 11ª Edição, em função da atualização dos anexos da Lei, somente os demonstrativos enumerados serão exigidos para fins de apresentação das demonstrações contábeis.

O objetivo da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Vale ressaltar que as Demonstrações Contábeis devem ser acompanhadas das **Notas Explicativas** que abragem as descrições detalhadas dos valores mais relevantes, indicando critérios de avaliação do ativo e passivo, assim como as políticas contábeis adotadas. Isso visa assegurar um conjunto de informações que atendam aos interesses dos diversos usuários.

As entidades são estimuladas a apresentar informações adicionais para auxiliar os usuários na avaliação do desempenho e na administração dos seus bens. Além disso, essas informações podem facilitar a tomada e avaliação de decisões sobre a alocação de recursos. Essas informações adicionais podem incluir detalhes sobre os produtos e os resultados da entidade na forma de:

- a) indicadores de desempenho;
- b) demonstrativos de desempenho dos serviços prestados;
- c) revisões de programas; e
- d) outros relatórios de gestão sobre o cumprimento dos objetivos da entidade durante o período divulgado.

As informações contábeis devem ser consideradas completas, úteis e livres de erro para assim oferecer segurança aos seus diversos usuários. Nesse sentido, elas devem apresentar as seguintes características:

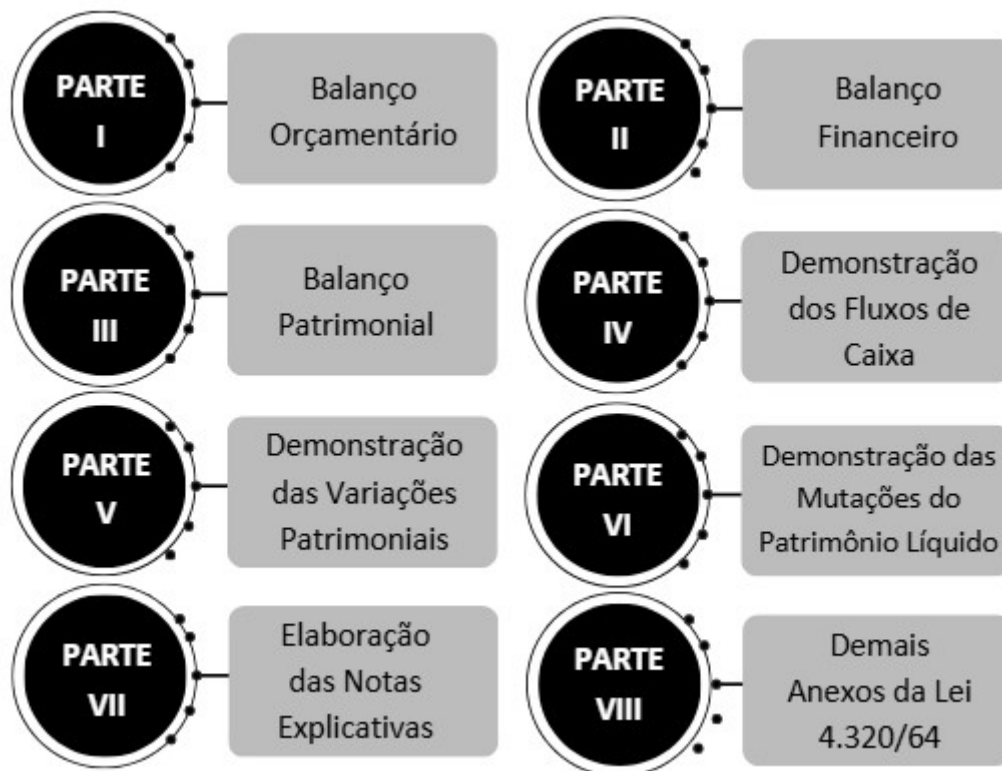


A divulgação das demonstrações contábeis e suas versões simplificadas compreende o ato de disponibilizá-las para a sociedade, abrangendo formas como:

- Publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
- Remessa aos órgãos de Controle Interno e Externo, a associações e a conselhos representativos;

- Disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados; e
- Disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

Assim, com o propósito de apoiar as Unidades Gestoras na conferência das Demonstrações Contábeis e elaboração das Notas Explicativas seguindo as normas e procedimentos contábeis aplicáveis, a Contabilidade Geral elaborou este Manual - Partes I a VIII - conforme especificado a seguir, no qual abrange todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do estado de Rondônia.



**TOME
NOTA**

É possível inserir, ao final de cada anexo presente na aba 'Relatórios do Balanço Geral', os nomes do Gestor e do Analista Contábil responsável por cada Unidade Gestora.



Para a inserção selecionar a transação no Sigef: Contabilidade → Manter Parâmetros Balanço Geral.

Recomenda-se que o Responsável 1 seja o Ordenador de Despesa (Secretário, Presidente ou Diretor-Geral, entre outros), e que o Responsável 2 corresponda ao Analista Contábil designado para respectiva Unidade Gestora, esclarecemos que o número do documento do responsável relativo ao decreto de nomeação e do número do Conselho Regional de Contabilidade, respectivamente.

EMIÇÃO DE RELATÓRIOS NO SIGEF

Os anexos exigidos pela Lei 4.320/64 serão extraídos no Sistema SIGEF/RO seguindo o caminho ->Contabilidade->Consulta->Relatórios Balanço Geral do Estado considerando o mês de referência “Encerramento” para o Balanço Patrimonial e os demais demonstrativos mês de referência “dezembro”:

Contabilidade → Consulta → Relatórios Balanço Geral do Estado.

Relatórios Balanço Geral do Estado - SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chr...

Inseguro sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2024/CTB/CTBRelatoriosBalançoGeraEstado.aspx?CdTransacao=1332

Relatórios Balanço Geral do Estado

Unidade Gestora / Gestão ?

Unidade Gestora / Gestão Contábil ?

* Mês Referência: **Dezembro**

Balanço Geral ☐

Nota Explicativa ☐

☐ Apresentar UG Administrativa

Tipo Consolidação

Poder

Nível Agrupamento

Valores em: **Em R\$**

Nome Relatório

- ☒ Anexo 01 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas
- ☐ Anexo 02 - Demonstrativo da Receita Segundo as Categorias Econômicas
- ☐ Anexo 02A - Demonstrativo da Despesa da Unidade Orçamentária por Elemento
- ☐ Anexo 03 - Especificação da Receita Orçamentária
- ☐ Anexo 04 - Especificação da Despesa Orçamentária
- ☐ Anexo 05 - Classificação Funcional-Programática
- ☐ Anexo 06 - Programa de Trabalho
- ☐ Anexo 07 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas
- ☐ Anexo 08 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme a Unidade da Despesa

* Preenchimento obrigatório

Imprimir Limpar Ajuda Fechar

SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA 9ª EDIÇÃO DO MCDC

O Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC é editado anualmente, na 9ª edição apresentam-se alterações específicas em diversas partes do manual, listadas a seguir.

PARTE II – BALANÇO FINANCEIRO

- 1- Atualização das nomenclaturas das linhas descritas abaixo para adequação ao leiaute do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, 11ª edição.
 - Quadro Principal/Ingressos/Receita Orçamentária/Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS):

De: “Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS”

Para: “Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)”
 - Quadro Principal/Ingressos/Recebimentos Extraorçamentários

De: “Haveres Financeiros – Valores em Trânsito”

Para: “Haveres Financeiros – Outros Créditos e Valores a Receber”.
 - Quadro Principal/Ingressos/ Saldo do Exercício Anterior (V)

De: “Caixa e Equivalentes de Caixa”

Para: “Caixa e Equivalente de Caixa (EXCETO RPPS)”.
 - Quadro Principal/Dispêndios/Pagamentos Extraorçamentários

De: “Haveres Financeiros – Valores em Trânsito”

Para: “Haveres Financeiros – Outros Créditos e Valores a Receber”.
 - Quadro Principal/Dispêndios/Saldo para o Exercício Seguinte (XI):

De: “Caixa e Equivalentes de Caixa”

Para: “Caixa e Equivalente de Caixa (EXCETO RPPS)”.
- 2- Quadro Principal/Ingressos e Dispêndios/Recursos Vinculados (exceto RPPS) / Recursos Vinculados à Educação: Inclusão da fonte 546.
- 3- Quadro Principal/Dispêndio/Saldo do Exercício Seguinte (XI), atualização das informações conforme Instruções de Procedimentos Contábeis-IPC 06:
 - Linha caixa e equivalente de caixa (EXCETO RPPS):

De: 7.2.1.9.2.00.00 - Todas as Fontes exceto 800, 801 e 802

Para: 1.1.1.0.00.00 caixa e equivalentes de caixa (saldo final) (-) 1.1.1.1.06.00 conta única rpps (saldo final) (-) 1.1.1.3.00.00 - caixa e equivalentes de caixa - valores restituíveis e vinculados (saldo final) (-) 2.1.8.9.2.4.0.0.0 recursos especiais a liberar

- Linha caixa e equivalentes de Caixa RPPS:

De: 7.2.1.9.2.00.00 - 800, 801 e 802

Para: 1.1.1.1.06.00 Conta única RPPS (saldo final).

- Depósitos restituíveis e valores vinculados

De: 1.1.3.5.0.00.00- Balancete → (Saldo inicial)

Para: 1.1.1.3.00.00 - Caixa e equivalentes de caixa - valores restituíveis e vinculados (saldo final).

4- Inclusão de Contas

- Quadro Principal / Ingressos/ Recebimentos Extraorçamentários/Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados/ **movimento a Crédito** das contas contábeis:

1.1.3.5.10.8.02.01 – Conta Especial – Precatórios (Acordo Direto)

1.1.3.5.10.8.02.02 – Conta Especial – Precatórios (Ordem Cronológica)

- Quadro Principal / Dispendios/ Pagamentos Extraorçamentários/Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, **movimento a Débito** das contas contábeis:

1.1.3.5.10.8.02.01 – Conta Especial – Precatórios (Acordo Direto)

1.1.3.5.10.8.02.02 – Conta Especial – Precatórios (Ordem Cronológica)

PARTE IV – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1. Alteração do “Quadro Principal” da “Demonstração dos Fluxos de Caixa”, na linha de ingressos: substituição de “receita tributária” para “impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Justificativa: Ajuste terminológico para conformidade com o MCASP 11ª Edição.

2. Na linha Outros Ingressos Operacionais: Inclusão do **Movimento Crédito** da conta contábil 2.3.7.1.2.03.01;

3. Na linha Outros Desembolsos Operacionais: Inclusão do **Movimento Débito** da conta contábil 2.3.7.1.2.03.01;
4. Na linha Outros Desembolsos de Investimentos: Inclusão das naturezas de despesas 4.4.71, 4.4.72 e 4.4.73;
5. No quadro de transferências concedidas/ Intergovernamentais/ na linha (a Consórcios Públicos): Exclusão das naturezas de despesas 4.4.71, 4.4.72 e 4.4.73.